

Manifestações no Brasil já causam preocupação ao COI

Onda de protestos contra gastos públicos com a Copa de 2014 faz Comitê Olímpico Internacional rever exigências sobre as próximas cidades-sede

GENEBRA - As manifestações no Brasil contra os gastos da [Copa do Mundo de 2014](#) fizeram a cúpula do [Comitê Olímpico Internacional \(COI\)](#) repensar os critérios de escolha de sedes para as próximas edições dos [Jogos Olímpicos](#), enquanto cartolas já falam abertamente da necessidade de rever os modelos de grandes eventos esportivos. O COI se reúne nesta semana em Lausanne e parte de sua cúpula está envolvida nas eleições para a nova presidência.

Ainda que os protestos no Brasil estejam direcionados contra a Fifa e os gastos públicos para levantar estádios para a Copa, o COI sabe que pode se transformar em alvo dessas manifestações bem antes de 2016, quando ocorre o evento no Rio de Janeiro. Por isso, decidiu que não vai esperar e considerou a reação nas ruas brasileiras como um sinal claro de que os grandes eventos esportivos estão passando por um "divisor de águas" em termos de sua popularidade.

"Teríamos que ser surdos se não escutássemos o que as pessoas nas ruas estão dizendo", declarou nesta semana um dos principais integrantes do COI, Richard Carrion, e um dos favoritos para vencer a eleição na entidade. "Temos de escutar o que estão dizendo quando votarmos pela próxima cidade sede", disse.

Em setembro, o COI escolherá a sede da Olimpíada de 2020. Duas das candidatas – Madri (Espanha) e Istambul (Turquia) – passam por momentos críticos, com protestos contra cortes de gastos e falta de democracia. A outra candidata é Tóquio (Japão). "Estamos vivendo uma era de grande pressão econômica", declarou Carrion à agência France Press.

Outros integrantes do COI, em busca de votos, já mudaram o tom da entidade e abandonaram as declarações de que cabe a um país gastar o que seja necessário para sediar os Jogos Olímpicos.

O **Estado** apurou que a ordem dentro do COI, depois do que se viu no Brasil, é de insistir que não se exigirá mais de uma cidade do que o mínimo para realizar as competições esportivas. Muitos já defendem que não se estabeleça um tamanho mínimo para os estádios, no esforço de acabar com as críticas sobre a construção de elefantes brancos. Na Fifa, o estádio que acolherá a final da Copa precisa ter entre 65 e 70 mil lugares de capacidade mínima.

Outra mudança de que se fala dentro do COI se refere às obras de infraestrutura que são exigidas das cidades. Muitos passaram a insistir em reuniões fechadas de que não cabe à entidade exigir construções de linhas de transporte que não tenham, depois, uma utilidade real para a população. Na Copa do Mundo de 2010, realizada na África do Sul, uma das principais críticas à organização foi direcionada ao fato de que as obras de infraestrutura por todo o país apenas se referiam a estradas e transporte ligando o centro das cidades aos estádios, e não aos bairros mais afastados, que necessitavam de transporte público.

O COI insiste em, a partir de agora, trabalhar duro para repassar ao mundo uma imagem bem diferente à da Fifa, que passou as últimas duas semanas justificando sua presença no Brasil e insistindo que não era alvo dos protestos. Joseph Blatter, presidente da Fifa, chegou a declarar que o futebol era "mais forte que a insatisfação popular". Já Jérôme Valcke, secretário-geral da entidade, apostou que "bastaria que o Brasil vencesse a Copa para as críticas desaparecerem". Não foi bem o que aconteceu e tudo serviu de lição ao COI.

Confederação de Ciclismo definiu vencedora de licitação antes de edital, diz TCU

Ao lançar um edital para contratar uma consultoria em ciência do esporte, em 2013, a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) definiu antecipadamente quem ganharia a concorrência. Fez o mesmo, naquele mesmo ano, ao abrir edital para contratar consultoria jurídica. Os nomes dos futuros vencedores já constavam nas minutas de contrato elaboradas previamente, conforma revela um relatório do Tribunal de Contas da União

ESPORTES » Manifestações no Brasil já causam preocupação ao COI

  ENTRAR

Estas informações foram reveladas por auditoria realizada em 2015 pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), a pedido do TCU. Foi constatado que as contratações da Práxis Consultoria e Informação Desportiva e da Sport Training Consultoria e Eventos "não seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". A auditoria serviu de base para o relatório do TCU.

"Os nomes das duas empresas convidadas já estavam escritos nas minutas de contrato previamente elaboradas aos respectivos editais", aponta a auditoria. Em seu voto, o relator do processo, o ministro Vital do Rêgo, do TCU, aponta que a Sport Training assinou a minuta de contrato de consultoria em ciência do esporte por R\$ 168 mil, em 18 de janeiro de 2013, três dias antes das outras concorrentes apresentarem suas propostas. A própria vencedora do edital só fez sua proposta em 18 de fevereiro daquele ano.

A Sport Training é representada nos relatórios de prestação de serviço por Antônio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Já o coordenador do trabalho é Francisco Cusco y Florencio, que à época da contratação já era diretor de alto rendimento na CBC.

A auditoria aponta que o relatório anual de atividades da Sport Training inicia com a informação de que o departamento de alto rendimento da CBC teria sido criado por sugestão da Sport Training. O departamento, porém, existia desde 2012, pelo menos, já a cargo de Cusco.

"Assim, os indícios de montagem de licitação teriam por objetivo a contratação de empresa apenas para simular a prestação de serviços que já eram realizados pela diretoria de alto rendimento da CBC. Com isso, fica evidenciada a existência de execução fraudulenta dos recursos envolvidos", aponta a auditoria.

Seria o mesmo caso da contratação da Práxis, que comprovou os serviços realizados apresentando ao TCU troca de e-mails nas quais o presidente da empresa assina na qualidade de "assessor jurídico da CBC". A Lei Agnelo/Piva veta a utilização dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Acolhendo o voto de Rêgo, os ministros do TCU rejeitaram aplicar multa à CBC, por enquanto, esperando a oitiva da entidade, que tem 15 dias para se explicar. Para a Secex-PR, a "responsabilidade pelo débito, correspondente ao valor integral do contrato desnecessariamente firmado, recai solidariamente sobre o presidente da CBC, José Luiz Vasconcellos, e sobre o presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade, Lúcio Orlando Coser, e a empresa contratada".

Uma das concorrentes era a Promo Total, da professora de educação física da prefeitura do Rio Andrea D'Aiuto dos Santos Martins, como professora de educação física do ensino fundamental da prefeitura daquela cidade (peça 111). A empresa tem como atividade econômica "artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente".

A outra, Psisport Consultoria Esportiva, tem como atividade econômica principal "atividades de psicologia e psicanálise" e, como atividades secundárias, acupuntura, nutrição e fisioterapia. "Não há o que se enquadre nos objetivos da contratação, voltada para o treinamento técnico da modalidade de ciclismo, para fins de preparação de atletas para competições nacionais e internacionais", aponta o relatório.

Também chamou a atenção o fato, constante na ata da licitação, de que os concorrentes "entregaram a documentação e se ausentaram". Os auditores acharam curioso que eles não tenham demonstrado interesse em conhecer o resultado da licitação de que participaram.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)